



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

INTERSECCIONALIDADE E SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: uma desigualdade socialmente construída

INTERSECTIONALITY AND SOCIAL WORK CONTEMPORANEITY: a socially constructed
inequality

Mariana Almendra Cavalcante do Nascimento¹

Alba da Silva Mateus²

Liana Maria Ibiapina do Monte³

RESUMO

A interseccionalidade refere-se aos conflitos geracionais entre as categorias: gênero, classe, raça e sexualidade que, no decorrer da história causam relações de diferenciação e desigualdade entre os grupos. Kimberlé Crenshaw (2002) conceitua estas categorias como um dispositivo de poder. Para fins desse artigo a discussão será feita em torno das relações de gênero-raça-classe e a compreensão do Serviço Social diante da desigualdade socialmente construída. Neste sentido, percebe-se que a problematização acerca da interseccionalidade e as relações de subordinação advém da dominação masculina e da subalternização da mulher na sociedade de classes. Assim, o patriarcalismo tem sido alicerçado pelo pensamento do homem branco e heterossexual, tendo como base a autoridade e subalternização de certos grupos sociais, sendo estes os de mulheres, negros e homossexuais (SANTANA, 2014).

Palavras-Chaves: Interseccionalidade, Serviço Social, Desigualdade Social.

ABSTRACT

Intersectionality refers to generational conflicts between categories: gender, class, race and sexuality which, throughout history, cause

¹ Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí e bolsista PIBITI da Fiocruz/Piauí. E-mail: marianaalmendra@hotmail.com

² Graduanda do curso de Serviço Social pelo Centro Universitário do Piauí- UNIFAPI e bolsista PIBIC da Fiocruz/Piauí. E-mail: albanick.13@gmail.com

³ Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutora em Educação, especialista em Saúde Pública e Saúde da Família, pesquisadora Fiocruz/Piauí, coordenadora e docente do curso de Serviço Social da UniFapi. E-mail: lianaibiapina@yahoo.com.br

differentiation and inequality between groups. Kimberlé Crenshaw (2002) conceptualizes these categories as a device of power. For the purposes of this article, the discussion will be made around gender-race-class relations and the understanding of Social Work in the face of socially constructed inequality. In this sense, it is clear that the problematization about intersectionality and subordination relations comes from male domination and the subordination of women in class society. Thus, patriarchy has been grounded by the thinking of white and heterosexual men, based on the authority and subordination of certain social groups, these being women, blacks and homosexuals (SANTANA, 2014).

Keywords: Intersectionality, Social Work, Social Inequality.

INTRODUÇÃO

A interseccionalidade é entendida como uma problemática que integra duas ou mais linhas de subordinações constituídas pelo poder, pelo patriarcado, pela luta de classes, pelo gênero, pela raça, pela sexualidade e outros, perpassando pela dominação/exploração dos sujeitos que constituem as relações sociais (SILVEIRA; NARDI, 2014). Kimberlé Crenshaw (2002) conceitua o termo interseccionalidade como a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe. Dessa forma, é válido salientar que a abordagem interseccional é composta pelo conjunto gênero-raça-classe. Segundo a autora Safiotti (2009) a exploração e a dominação se inscrevem nessas identidades sociais. Nesse sentido, pretende-se conceituar as três categorias citadas anteriormente.

Diante disso, entende-se que o gênero, como categoria de análise, compõe as identidades dos sujeitos, sendo um elemento constitutivo das relações sociais (lê-se: relações de poder), relações estas que são construídas histórica, social e culturalmente. O gênero liga-se a concepção do próprio poder pela importância atribuída ao feminino e ao masculino no mundo do trabalho. São impostas as mulheres tarefas do cuidado, uma atividade desvalorizada, realizada, principalmente, por pessoas em situação de vulnerabilidade social (SCOTT, 1995).

A categoria raça é um conceito utilizado desde a antiguidade para designar povos biologicamente diferentes, ou seja, para classificar determinados grupos sociais. Durante a série histórica esta categorização valeu-se de estigmas, características e condições em sua significação (BANTON, 1979). A raça é atravessada por aspectos

estruturais que corroboram para a questão da desigualdade de classe (NASCIMENTO, 2009).

Logo, no imo das relações sociais, com as contradições internas e rupturas históricas se estabelecem as classes sociais, marcadas por diferenças econômicas, culturais, políticas e estruturais. As forças e as relações de produção, distribuição e reprodução da vida material são o embasamento para o processo de formação das classes sociais (PAIXÃO et al, 2010).

Para fins desse artigo a discussão será feita em torno das relações gênero-raça-classe e a compreensão do Serviço Social diante da desigualdade socialmente construída. A problematização acerca da interseccionalidade e as relações de subordinação advém da dominação masculina e da subalternização da mulher na sociedade de classes, uma vez que, o sexo é uma característica da estratificação social, que difunde prestígio, status e autoridade na ordem social (SAFFIOTI, 2004).

Atribuiu-se neste artigo duas categorias analíticas para reflexão: *Diálogos sobre raça, gênero, classe e Serviço Social na contemporaneidade e Questão Social e interseccionalidade: negros, mulheres e desigualdade de classes*.

2 DIÁLOGO SOBRE RAÇA, GÊNERO, CLASSE E SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

As relações étnicas raciais têm suas raízes fincadas no colonialismo, perpetuando até as sociedades modernas devido ao poder e dominação que sustentam o modo de produção capitalista. As diferenças existentes no fenótipo entre colonizadores e colonizados estabeleceu a noção de raça. Assim como a concepção de raça, a distinção entre os gêneros é também uma construção social e cultural (BARBOSA et al, 2018).

Diante disso, Crenshaw (2012) chama a atenção para um importante fato: o da interseccionalidade entre raça e gênero na discriminação de mulheres. Trabalhar a interseccionalidade é lidar com as diversas formas de discriminações que o ser humano pode ter em decorrência de sua raça, gênero, classe social, deficiências físicas, mentais, sensoriais e intelectuais (CRENSHAW, 2012).

É impreciso tratar fenômenos de discriminação apenas enquadrando sujeitos em conceitos de raça e de gênero, pois, nem um, nem outro, analisados isoladamente refletem a realidade concreta do preconceito, como por exemplo, as inúmeras formas

de discriminação sofridas pelas mulheres negras, a exemplo: a hiper sexualização. Dessa forma, é preciso entender que mulheres e homens vivenciam situações de racismo e de discriminações diferenciadas, a depender da raça, da classe social e das limitações físicas e/ou sensoriais (CRENSHAW, 2012).

Nesse sentido, a questão étnico-racial está claramente relacionada com as questões que são de grande importância para o serviço social, onde o mesmo baseia seu projeto profissional principalmente a partir da teoria marxista, que se concentra no trabalho, sendo este o elemento principal da sociabilidade, mas na sociedade capitalista, o que sustenta a desigualdade social é a exploração do trabalho, ocorrendo de diferentes maneiras, trazendo assim a importância da discussão sobre o estabelecimento de hierarquias dentro da sociedade, abordando a questão étnico-racial como um dos preconceitos que foi e ainda é um dos pilares de sustentação das desigualdades existentes no campo do trabalho (KOGAA; SANT'ANAB; MARTINELLI, 2018).

Quanto ao gênero, à construção de papéis sociais referentes a homens e mulheres, as diversas formas de exploração presentes na sociedade, discriminação em função do gênero e do sexo, configuram as relações de gênero. Os povos conquistados naturalizaram a inferioridade concernente a estas questões (BARBOSA et al, 2018). Os debates acerca do gênero na sociedade fazem-se necessário para contribuir com uma comunidade sistematizada com conhecimento da igualdade de direitos entre homens e mulheres, rompendo assim com as diferenças de gênero (BRITO, 2017).

+As questões de classe social também se constituem como construções históricas e sociais que põe pessoas em patamares mais privilegiados que outros, segregando, discriminando e inferiorizando os considerados mais pobres (lê-se: hipossuficientes) (BARBOSA et al, 2018). Vale ressaltar que, as questões étnico-raciais e de classe são à base das relações sociais, tendo em vista que as mesmas se encontram difundidas por todos os níveis da vida social, em que muitos enfrentam com as ações e omissões da sociedade desde o período histórico (WERNECK, 2016).

As divisões entre homens e mulheres se iniciam nas relações sociais, mas esse fator se torna mais visível nas relações de trabalho, onde se portam as hierarquias de gênero, que atribuem aos homens o poder sobre as mulheres, sendo isso uma

contradição posta na sociedade e se tornam constitutivas na vida social em geral (ALVES, 2018).

Diante do panorama da interseccionalidade, o Serviço Social tem como objeto de trabalho de atuação as expressões da “questão social”, que surgem na contradição da sociedade burguesa na relação capital e trabalho, o que dá sentido à profissão é o rompimento com as relações sociais historicamente determinadas, onde o capitalismo se torna dominante sobre a classe trabalhadora, tornando-a subalterna e aprisionada aos comandos da burguesia, tornando assim a profissão do serviço social necessária para desconstruir esses paradigmas (IAMAMOTO, 2018).

Dessa forma o/a assistente social deve atuar sempre sobre essas expressões da questão social com o objetivo de mediar à garantia de direitos aos usuários, sabendo que a população negra é a mais afetada quanto à negligência de seus direitos, sendo perceptíveis nos índices de desigualdade racial (PAIXÃO et al, 2010).

De acordo com esse ponto de vista, o Mapa da Violência de 2015 evidencia que no período entre 2003 e 2013 as principais vítimas da violência foram meninas e mulheres negras, havendo um crescimento nas taxas desse grupo, de 4,5 para 5,4 por 100 mil habitantes. Enquanto o índice de violência (homicídio) de mulheres brancas foi reduzido, de 3,6 para 3,2 por 100 mil (BRASIL, 2015).

3 QUESTÃO SOCIAL E INTERSECCIONALIDADE: negras, mulheres e desigualdade de classes

Segundo Iamamoto (1998) a questão social é entendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista. Netto (2001) corrobora com tal pensamento ao afirmar que a questão social é produzida compulsoriamente pelo capitalismo em seus diferentes estágios e que em cada estágio se produz diferentes manifestações da questão social.

Dessa forma, a gênese da questão social encontra-se no caráter coletivo da produção e na apropriação privada do trabalho, sendo, no entanto, indissociável a sociedade de classes, envolvendo lutas contra as desigualdades socialmente produzidas e a acumulação de bens na mão de poucos, com a chamada burguesia. Já o proletariado depende da venda de sua força de trabalho para satisfazer suas necessidades vitais,

havendo, a partir de então, as manifestações das expressões da questão social, como pobreza, desemprego entre tantos (IAMAMOTO, 1998).

Isto posto, entende-se que a questão social é o objeto de estudo do Serviço Social por que apresenta em seus fundamentos a compreensão da história a partir das lutas das classes sociais e o reconhecimento da centralidade do trabalho, conforme os pensamentos de Marx. Desta herança, a profissão foi sendo formada relacionada a defesa intransigente dos direitos e a mobilização da sociedade, sendo assim, o Serviço Social atua na tentativa de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO, 1998).

Nessa perspectiva, a interseccionalidade se apresenta como uma questão social devido à exploração/dominação presente nas relações de gênero-raça-classe e que se configuram em desigualdades sociais. Sobre a questão de gênero, a desigualdade é entendida, especialmente, nas relações sociais entre os sexos que indicam construções culturais e estruturais como, por exemplo, a divisão sexual do trabalho que traz obstáculos para as mulheres, devido, em geral, a desvalorização (SCOTT, 1995).

Já em relação à questão de cor/raça, a população branca possui, em sua maioria, indicadores sociais e econômicos melhores que os outros povos, devido fatores históricos e sociais que permitiram, no decorrer do tempo, a apropriação sobre os chamados grupos explorados, o que gerou uma sociedade desigual e preconceituosa (POCHMANN, 2017).

Dessa forma a questão interseccional pode ser vista como um dos métodos de combater as opressões múltiplas e interligadas, onde a interseccionalidade tem o papel de projeto de conhecimento e também de instrumento político, onde a mesma refere-se necessariamente as questões sociais (AKOTIRENE, 2018).

Nesse sentido, o autoritarismo machista que está arraigado dentro das culturas, toma forma quando o homem acredita que obtendo mais força e persuasão diante da mulher, fazendo com que as mesmas se tornem dependentes desse poder absoluto do machismo. Diante disso, quando uma mulher reivindica seus direitos, tomando para si uma postura diferente da já existente na sociedade histórica, conquistando mais espaço no campo social, onde essa mulher se empodera e representa esse poder feminino, com o objetivo de incentivar outras mulheres a fazerem o mesmo e que assim rompam com o patriarcalismo (AZEVEDO; SOUSA, 2019).

Na história contada, o patriarcalismo tem sido alicerçado pelo pensamento do homem branco e heterossexual, tendo como base a autoridade e subalternização de certos grupos sociais, sendo estes os de mulheres, negros e homossexuais (SANTANA,2014). As mulheres negras e pobres, e as assistentes sociais negras e pobres são a principal clientela do serviço social, a contradição é que estas não se enxergam como população usuária e se culpabilizam por sua condição social (EURICO, 2013).

Negras, mulheres e pobres, ainda vivem, principalmente, em situação de vulnerabilidade social, sendo necessários a desconstrução de estereótipos e o desvelamento de práticas consideradas ainda conservadoras. Para Eurico (2013), as relações de gênero, raça e classe (lê-se: interseccionalidade) apresenta “mensagens subliminares”, ou seja, as múltiplas determinações que constituem o ser social precisam ser discutidas, principalmente, no cotidiano profissional (EURICO, 2013).

4 CONCLUSÃO

Diante do que foi apresentado, reflete-se que a trajetória histórica, social, cultural e política corrobora para a diáspora existente entre determinados grupos sociais, implicando na violência, desigualdade e resistência que se expressa nos homicídios e genocídios de corpos, em sua maioria, negros, pobres e femininos.

Esta análise interseccional estampou uma estrutura de poder e de diferença entre as categorias gênero-raça-classe, a exemplo do racismo produzido por uma população que detém de determinados privilégios sociais: brancos, homens e ricos. De fato, tal categorização é presente na sociedade brasileira. Há, também, elementos que dificultam o acesso aos direitos previstos na Constituição Federal e ao exercício pleno da cidadania, como o cenário de embate, de violência, de atividades trabalhistas diferenciadas e de acesso à educação, saúde e inclusão fragmentadas e fragilizadas.

Homens e mulheres, negros e brancos, pobres e ricos, devem possuir os mesmos aparatos jurídicos legais, portanto, é imprescindível a efetivação de Políticas Públicas neste contexto de vulnerabilidade, dominação e exploração. É evidente, também, o debate sobre este assunto para o enfrentando das múltiplas expressões da questão social que são postas.

Dessa maneira, o Serviço Social deve se voltar para a apropriação da temática para atender as demandas diversas e específicas construídas, tanto no grupo de gênero,

quanto na perspectiva racial e de classe, levando em consideração a complexidade do cotidiano profissional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Andrea Moraes. **Pensar o gênero**: diálogos com o Serviço Social. Serv. Soc. Soc. n.132 São Paulo maio/ago. 2018.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018

AZEVEDO, Mileane Andrade; SOUSA, Luciano Dias. Empoderamento como representatividade das mulheres na sociedade. **Coisas do Gênero, São Leopoldo**, v. 5 n. 1, p. 170-178, Jan. - Jun. 2019 Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero>

BARBOSA, Isabelle Marques et al. Relações étnico-raciais, políticas de gênero e interseccionalidades. **Caderno Espaço Feminino**, v. 31, n. 1, 2018.

BANTON, Michael. **A ideia de raça**, Lisboa, Edições 70, 1979.

BRASIL, 2015. **Homicídio de Mulheres no Brasil**. Instituto JACOB – FLACSO, 2015.

BRITO, A.M. M.C. **Projeto Diversidade na Escola: a urgência das discussões de gênero na construção da escola inclusive**. Atas. 47ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia. São Paulo (2017).

CRENSHAW, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero (L. Schneid, Trad.). **Revista Estudos Feministas**, 10(1), 171-188.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Relações raciais (1ª edição). 27 de setembro de 2012. Disponível em: Acesso em: 09 mar. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. (1990), “**Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**”. Trad. Natália Luchini. Seminário “Teoria Feminista”, Cebrap, 2013.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social & Sociedade**, n. 114, p. 290-310, 2013.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, 41 ed., Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. “Questão social” no Brasil: relações sociais e desigualdades. **ConCienciaSocial**, v. 2, n. 3, 2018.

NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. Homens na linha de fogo: juventude, masculinidade e exclusão social. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1311-1312, Aug. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400039&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Feb. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400039>.

NETTO, José Paulo. “Cinco notas a propósito da “questão social””. 2001.

POCHMANN, M. **Desigualdade brasileira no início do século XXI: o que há de novo? A grande sociedade—qual é o projeto de desenvolvimento para o Brasil do futuro?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

PAIXÃO, Marcelo et al. **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil 2009-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. (2009). **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres**. Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil. Acesso em 15 de maio, 2014, em http://www.flasco.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf.

SANTANA, Marluce Freitas. **Desconstrução do Patriarcado em Ponciá Vicêncio**. Anais Seminário Interlinhas, Fábrica de Letras (2014).

SCOTT, Joan. Gênero: **Uma Categoria Útil de Análise Histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul. / dez., 1995. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0B1cHNDJbqFSpSWw2bFLWEISOG16MmdwU05mN_EFNUQ/edit?pli=1. Acesso em: 27 jan. 2020.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe, p. 14-24, 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000500003&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Feb. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500003>.

KOGAA, Dirce; SANT'ANAB, Raquel Santos; MARTINELLI, Maria Lúcia. Questão étnico-racial: desigualdades, lutas e resistência. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 399-405, set. /dez. 2018.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional e saúde da população negra**. Saude Soc. V 25 n.3 Jul-Sep 2016.